

contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de (fomento ou de colaboração) e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADES:

A **Associação Menino Feliz de Paragominas**, reconhece e declara expressamente sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas, nos termos dos artigos 22, 24 e 37 da Lei nº 13.019/2014 e demais legislações, normas e regulamentos pertinentes a matéria, conforme as condições do Termo de Fomento.

Parágrafo Único: Se, por qualquer razão, a **Associação Menino Feliz de Paragominas** não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do ordenador de despesa, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Este Termo de Fomento poderá ser alterado quando:

I - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante a solicitação da Associação, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao FMDCA em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

II - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pelo FMDCA, antes do seu término, quando ele der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado;

III - As alterações previstas no **caput** prescindem de aprovação de novo plano de trabalho pela administração pública, mas não da análise jurídica prévia da minuta do termo aditivo da parceria e da publicação do extrato do termo aditivo em meios oficiais de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal 698/2016 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo de Fomento e de seus eventuais Termos Aditivos ou Apostilamentos, deverá ser publicado pelo CMDCA no Diário Oficial dos Municípios no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Paragominas, comexpressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo de Fomento, em três vias de igual teor e forma, que uma vez lido e acordado, vai assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Paragominas-PA, 23 de Fevereiro de 2023.

ALCIMAEL ABREU FARIAS

Pte. Do Conselho da Criança e do Adolescente de Paragominas

ADRIANA HELENA MARTINS AMARAL SILVA

Ordenadora de Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Paragominas

EDILSON LIMA E SILVA

Presidente da Associação Menino Feliz de Paragominas

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Publicado por:

Jorge Pascoa da Silva

Código Identificador:924212B7

PREFEITURA MUN. DE PARAGOMINAS TERMO DE FOMENTO Nº 002 /2023

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2023 que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA) DE PARAGOMINAS/PA e a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS-PA**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA)**, com CNPJ n.º 19.339.943/0001-71, de ora em diante designado **FMDCA**, com sede à Praça Cleodoval Gonçalves, nº 100, Bloco I – Bairro Cidade Nova – CEP: 68625-410 nesta cidade de Paragominas-PA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, neste ato representada por sua Ordenadora de Despesa, a Sra. **ADRIANA HELENA MARTINS AMARAL SILVA**, CPF nº 392.396.082-49, RG nº 2016214 SSP/PA, doravante denominada **PRIMEIRA ACORDANTE**, e a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM**, inscrita no CNPJ Nº: 31.415.083/0001-03, localizado à Rua Franco Montoro, nº 15, Bairro Promissão III, Paragominas-PA, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. **WANDER RONILDO MARTINS PACHECO**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 588.493.602-82 e RG nº: 28167-PM/PA, residente e domiciliado à Rua Franco Montoro nº 15, Paragominas-PA, doravante denominada **SEGUNDA ACORDANTE**, tem entre si por certo e ajustado o quanto se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME

1.1- Este Termo de Fomento obedece às regras instituídas nas Leis Federais nº: 8.069/90, 13.019/14, 13.204/15, 9.637/98 e em consonância com a Resolução nº 137/10 – CONANDA, Decreto Municipal nº 698/2016 e Lei Municipal nº 108/96.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto repasse financeiro para a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM**, para o desenvolvimento do Projeto com responsabilidade social de Crianças e Adolescentes; com o custeio das despesas com aquisição de material esportivo, material de limpeza e despesas com pessoal da Associação, aprovado através da **Resolução CMDCA de nº 0027/2023 de 07 de Fevereiro de 2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, é o órgão deliberativo e controlador do

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Considerando que o artigo 4º do ECA asseguram a destinação privilegiada de recursos para infância e adolescência;

Considerando que a utilização dos referidos recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (FMDCA), deve ser criteriosa e transparente, com atenção especial ao que estabelece a Lei nº 13.019 de 2014, de maneira que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com sua competência, portanto, protagonizar o direcionamento e fiscalização dos recursos captados pelo Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente, para demandas mais problemáticas e complexas existentes no município.

Considerando que a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM**, é uma instituição social localizada no Município de Paragominas, fundada em 20/04/2018. E que a Entidade, atende atualmente em média 100 crianças e adolescentes na faixa etária entre 06-17 anos, todos estudantes da rede pública municipal de ensino, que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e que se encontram ociosos no contra turno escolar.

Considerando que a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM**, está com o certificado de autorização de recursos através de deduções direcionadas do Imposto de Renda, projeto aprovado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, através da Resolução nº 005/2020 e também da Resolução nº 017/2022 e o Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros nº 003/2022 validado até 07/04/2024

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para o presente Termo de Fomento, a importância de **R\$ 104.940,00 (Cento e quatro mil, novecentos e quarenta reais)**.

Parágrafo Primeiro – O repasse será efetuado em **parcela única**, de acordo com o cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho aprovado. O FMDCA reserva-se ao direito de reter o pagamento à Associação, caso seja constatada qualquer das impropriedades previstas nos arts. 48 da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 698/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de ordem bancária na **Conta Corrente nº 67.745-0, Agência nº 0820-6 / Banco do Brasil**, aberta pela Associação Desportiva WAARM, específica para a movimentação dos recursos objeto do Termo de Fomento.

Parágrafo único - O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com prazo de validade vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO- DOS RECURSOS:

Os recursos necessários à execução do objeto deste Termo, no valor global de **R\$ 104.940,00 (Cento e quatro mil e Novecentos e Quarenta reais)**, a ser pago em **parcela única**, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, conforme Orçamento Municipal/2022:

Unidade Administrativa: 0702– Fundo Municipal dos Direitos da Criança

Funcional Programática: 08.243.0009 2.055 – Oper. das Ações do Fundo de Direito das Crianças e Adolescentes.

Natureza da Despesa: 33.50.43.00 – Subvenções sociais.

Fonte de Recurso: FMDCA

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

À **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM**, obriga-se nos seguintes termos:

a) Iniciar a execução do objeto pactuado logo após a assinatura e publicação do Termo de Fomento;

b) Comparecer em juízo nas questões trabalhistas propostas por seus empregados contra si, ou contra o FMDCA, assumindo o pólo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;

c) Se responsabilizar pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar ao FMDCA ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto do presente Termo, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;

d) Facilitar a fiscalização pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, por meio da atuação do Ordenador de Despesa, durante a vigência deste Termo de Fomento;

e) Cumprir em sua integralidade, as exigências do presente Termo de Fomento e seus anexos;

f) Executar o objeto mencionado na Cláusula Segunda, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução;

g) Os recursos repassados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes à ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados no mercado financeiro, devendo os resultados dessa aplicação serem revertidos exclusivamente à execução do objeto deste Termo de Parceria;

h) Prestar contas ao FMDCA ao final da vigência deste Instrumento, de acordo com os Art. 57 ao 62 do Decreto Municipal nº 698/2016, conforme o detalhado na Cláusula Nona deste instrumento.

i) A **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM**, deverá divulgar em seu sítio eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais, desde a celebração até 180 dias após a apresentação da prestação de contas final, todas as informações contidas nos incisos I ao Inciso V do Art. 76 do Decreto Municipal nº 698/2016, fazendo referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento (Art. 24 da resolução 137/2010).

O FMDCA, obriga-se nos seguintes termos:

a) Promover a fiscalização da execução do Termo de Fomento, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através do ordenador de despesa, com as seguintes atribuições conforme preconizado no Art. 61 da Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 698/2016, devendo esta, proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente termo.

b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) Emitir **Parecer Técnico Conclusivo** de análise da prestação de contas final, e manter em arquivo pelo prazo de 5 anos, toda a documentação apresentada pela Associação na prestação de contas, a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo CMDCA, elidindo eventual responsabilidade subsidiária de que trata a Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo único: A responsabilidade subsidiária do FMDCA nos casos de ações trabalhistas movidas contra a Associação não é automática. Ou seja, o FMDCA somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

O prazo para execução do presente Termo será até **31/12/2023**, contado a partir da data de assinatura, de acordo com o cronograma físico-financeiro, podendo ser prorrogado na forma da lei.

Parágrafo Primeiro – O prazo estabelecido nesta cláusula contratual poderá ser prorrogado nos termos dos art(s) 56 e 57 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. Informações gerais sobre a documentação que devem compor a Prestação de Contas:

9.1.1. Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas remetido ao presidente do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Paragominas**, em duas vias, uma deve

retornar para à ASSOCIAÇÃO devidamente protocolizada e ser anexada à Cópia da Prestação de Contas, como comprovante da devida apresentação;

9.1.2. Os Comprovantes de Despesas, NF, recibos, comprovantes das transferências bancárias, folhas de pagamento e os comprovantes das transferências bancárias aos funcionários (**cujos documentos deverão ser emitidos com datas que compreendam o período de vigência deste Termo de Fomento**).

9.1.3. **Todos os documentos comprobatórios de despesa deverão conter o carimbo com a identificação do número do Termo de Fomento;**

9.1.4. A **Prestação de contas final** deverá ser entregue em até **30 (trinta) dias** a partir do término da vigência do Termo de Fomento, de acordo com os Art. 57 ao 62 do Decreto Municipal nº 698/2016;

9.2. Documentações que devem compor a prestação de contas:

9.2.1. Relatório de Execução das Atividades Realizadas;

9.2.2. Demonstrativo de Execução da Receita e da Despesa;

9.2.3. Relação de Pagamentos Efetuados;

9.2.4. Relatório de Execução Físico-Financeiro;

9.2.5. Comprovante da Ordem Bancária ou do crédito na conta do funcionário;

9.2.6. Conciliação bancária, quando for o caso;

9.2.7. Cópia dos recolhimentos de encargos, quando for o caso: Ex: ISS, INSS, IRRF;

9.2.8. Extratos bancários da Conta Corrente de movimentação dos recursos e da conta de aplicação financeira;

9.2.9. Comprovante de devolução do saldo final, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A ENTIDADE (ART.73, VII)

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, o CMDCA poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Associação as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de (fomento ou de colaboração) e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de (fomento ou de colaboração) e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que

a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA–DO RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADES:

A **Associação Desportiva WAARM**, reconhece e declara expressamente sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas, nos termos dos artigos 22, 24 e 37 da Lei nº 13.019/2014 e demais legislações, normas e regulamentos pertinentes a matéria, conforme as condições do Termo de Fomento.

Parágrafo Único: Se, por qualquer razão, a **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WAARM**, não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do ordenador de despesa, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Este Termo de Fomento poderá ser alterado quando:

I - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante a solicitação da Associação, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao FMDCA em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

II - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pelo FMDCA, antes do seu término, quando ele der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado;

III - As alterações previstas no **caput** prescindem de aprovação de novo plano de trabalho pela administração pública, mas não da análise jurídica prévia da minuta do termo aditivo da parceria e da publicação do extrato do termo aditivo em meios oficiais de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal 698/2016 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo de Fomento e de seus eventuais Termos Aditivos ou Apostilamentos, deverá ser publicado pelo CMDCA no Diário Oficial dos Municípios no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Paragominas, comexpressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo de Fomento, em três vias de igual teor e forma, que uma vez lido e acordado, vai assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Paragominas-PA, 23 de Fevereiro de 2023.

ALCIMAEL ABREU FARIAS

Pte. Do Conselho da Criança e do Adolescente de Paragominas

ADRIANA HELENA MARTINS AMARAL SILVA

Ordenadora de Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Paragominas

WANDER RONILDO MARTINS PACHECO

Presidente da Associação Desportiva WAARM

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Jorge Pascoa da Silva
Código Identificador:41C8EBED

PREFEITURA MUN. DE PARAGOMINAS
PORTARIA Nº 002, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023.

O Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente no uso de suas competências que lhe são conferidas pela Lei nº 765/2011, que institui o Código Ambiental Municipal – CAM, contendo a Política e o Sistema Municipal de Meio Ambiente de Paragominas e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade em apurar a conduta de Servidor (a), em decorrência de suposto extravio de documento público pelo Setor de Protocolo.

Resolve:

Art. 1º: INSTAURAR Sindicância, a fim de apurar o suposto cometimento de irregularidade da Servidor (a) lotada no setor de protocolo desta Secretaria.

Art. 2º: Indicar como COMISSÃO DISCIPLINAR os seguintes servidores, delegando-lhes para esse fim as atribuições que me competem:

PRESIDENTE: FERNANDO PIRES MENDES, Matrícula n. 1119333.

SECRETÁRIO: DIANA BENTES SOARES, Matrícula n. 112.0862.

MEMBRO: JOÃO ALFREDO SMITH DE OLIVEIRA NETO, Matrícula n. 1097893.

Art. 3º: Fixar para conclusão dos trabalhos o prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 4º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paragominas – Pará, 24 de fevereiro de 2023.

ROBERTO CARLOS GAMBIN

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
SEMMA PARAGOMINAS

Publicado por:
Jorge Pascoa da Silva
Código Identificador:C8F56A5D

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA

LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL N. 001-002/2023

AVISO PREGÃO PRESENCIAL

Pregão presencial nº 9/2023-001

Contratação de empresa com vistas a aquisição de gêneros alimentícios e suplementos alimentares em atendimento as Secretarias Municipais do Município de Piçarra - PA. Data e abertura dos envelopes: 14/03/2023 horário: 09:00hs.

AVISO PREGÃO PRESENCIAL

Pregão presencial nº 9/2023-002

Contratação de empresa com vistas a aquisição de materiais de limpeza, produtos de higienização, copa e cozinha, cama, mesa e banho e outros materiais de consumos diversos em atendimento as unidades administrativas, unidades escolares, programas sociais e unidades de saúde deste município. Data e abertura dos envelopes: 15/03/2023 horário: 09:00hs. Informações e Editais: Prefeitura Municipal de Piçarra, Av. Araguaia s/n Centro ou Site:www.tcm.pa.gov.br – Site: www.picarra.pa.gov.br e-mail: pmpi.departamentolicitacao@gmail.com

EDER RABELO

Pregoeiro

Publicado por:
Eder Rabelo
Código Identificador:0FA70E3B

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL

MUNICÍPIO DE PORTEL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2023 – PROC. ADMINISTRATIVO 02701024/23

A Prefeitura Municipal de Portel, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, Registro de preço objetivando a futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços mecânicos e elétricos de manutenção nos veículos automotores leves, pesados e maquinários, destinados a suprir as necessidades básicas das Secretarias e Fundos Municipais vinculados a Prefeitura Municipal de Portel/PA. Abertura: 10/03/2023, às 08:30hs.A retirada do edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Mural de Licitações/TCM-PA, www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo site (www.portel.pa.gov.br). Informações: E-mail: licitaportel2021@gmail.com.

MAYCON SERRÃO MARTINS

Pregoeiro

Publicado por:
Adriana Santos de Souza
Código Identificador:37B5F4B8

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ

PREFEITURA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 011-1/2023-PMPM
DISPENSA N.º 5001-1/2023-PMPM

RECONHEÇO e RATIFICO a Dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações posteriores.

OBJETO: Locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Secretaria Municipal da Mulher e da Juventude para atender as necessidades do Município de Porto de Moz

Contratante: Prefeitura Municipal CNPJ nº 05.183.827/0001-00

Contratado: Pessoa Física Miguel Lito da Cunha Moraes Júnior, portador do RG 6621891 SSP/PA e CPF 014.766.192-71.

pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor estimado de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais. Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, determino a publicação desta Ratificação no lugar de costume, para que produza seus efeitos legais.

Porto de, 01 de fevereiro de 2023.

ROSIBERGUE TORRES CAMPOS

Ordenador de Despesas

Publicado por:
Daiane Regina Martins Gonçalves
Código Identificador:9C8EA16F

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004-1/2023-PMPM
DISPENSA N.º 5001-1/2023-PMPM